

# Câmara de S. Gabriel aprova relatório

A Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus) aprovou na sexta-feira, por unanimidade, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura denúncias de irregularidades na viagem do prefeito Amilton Gadelha (sem partido) ao exterior. A próxima providência, segundo o presidente da Câmara, vereador Antônio Cardoso de Araújo (PSDB), será a criação de uma comissão processante que encaminhará a ação ao Ministério Público.

Conforme as denúncias, o prefeito viajou em fevereiro para a Itália sem pedir autorização aos vereadores, como exige a Lei Orgânica do

Município. Gadelha se justificou afirmando que teria feito a viagem para tratamento de saúde, por isso não precisava pedir permissão do Legislativo. Esse argumento não convenceu os parlamentares.

“Antes da ser instalada a CPI, ele dizia que tinha viajado em busca de recursos financeiros para o município, agora afirma que foi a tratamento”, constata o vereador Antônio Cardoso.

Para ele, Gadelha está colocando São Gabriel em situação caótica e não afasta a possibilidade de pedir intervenção no município: “Os salários estão atrasados e os repasses à Câmara não vêm ocorrendo”, denunciou.

**CPI dos convênios** – Os atos administrativos do prefeito Amilton Gadelha também estão sendo investigados em função de denúncias de irregularidades na aplicação de verbas específicas de convênios firmados com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) para a construção de escolas.

Ontem, o empreiteiro João Paes Alves, 50, denunciou o atraso no pagamento da obra de reforma de um colégio localizado na comunidade de Camanaus. De acordo com o projeto, as modificações no prédio foram concluídas em setembro e custaram R\$ 25 mil, mas o empreiteiro da prefeitura municipal recebeu apenas R\$ 11 mil.

“Por causa do atraso eu estou todo endividado”, reclama o empreiteiro, que já procurou várias vezes o prefeito, mas a resposta é sempre a mesma: “Temos que esperar”.

João Alves assinalou que está sendo pressionado pelos operários que não receberam o pagamento pelo trabalho que fizeram e suas famílias estão passando necessidades. “Não tenho sequer condições de pagar um advogado para cobrar na Justiça os R\$ 14 mil que o prefeito me deve”, reclamou o empreiteiro.

São Gabriel é um dos municípios visados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) por não ter apresentado balancetes das contas deste ano.

